

7500257

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

PROJETO PESQUISA E TREINAMENTO NO
SETOR INFORMAL - BID II

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROJETO PESQUISA E TREINAMENTO NO
SETOR INFORMAL - BID II

AGOSTO/1982

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Octávio Luiz Guimarães

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Orlando Caliman

ÍNDICE	PÁGINA
1. JUSTIFICATIVA	4
2. OBJETIVOS	12
2.1. O PROJETO, COM DURAÇÃO PREVISTA PARA 03 ANOS	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
2.3. ESPECIFICIDADE E DIMENSIONAMENTO	14
2.3.1. Referências Conceituais	14
2.3.2. Descrição e Dimensionamento	15
2.3.2.1. Meta 1: Pesquisa da Oferta e Demanda do Setor Informal	15
2.3.2.2. Meta 2: Construção de Oficina de Uso múltiplo	20
2.3.2.3. Meta 3: Treinamento	21
2.3.2.4. Meta 4: Intermediação	23
3. EXECUTOR	26
3.1. OBJETIVOS	26
3.2. RECURSOS FÍSICOS	28
3.3. RECURSOS DE PESSOAL	28
3.4. RECURSOS FINANCEIROS	29
4. OUTROS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	30
5. CUSTOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	30
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO	31
ANEXOS: MAPA DA GRANDE VITÓRIA	

PROJETO: PESQUISA E TREINAMENTO NO SETOR INFORMAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONVÊNIO BID/FFPS

1. JUSTIFICATIVA

1.1.

É sabido que grande parte da população carente da periferia das cidades sobrevive graças ao desempenho de atividades consideradas à margem da economia e que por isso são chamadas de ocupações do *setor informal*. Entretanto, dados de observação nas áreas periféricas da Aglomeração Urbana na Grande Vitória indicam que grande parte dessas populações muito pobres, longe de estar à margem do processo de desenvolvimento econômico, está ao contrário, a ele articulado. E, apesar dessas pessoas não manterem quase sempre nenhum vínculo de assalariamento, são *trabalhadores* e estão desempenhando atividades produtivas embora utilizem no processo técnicas rudimentares e pouco rentáveis economicamente. O fato é que asseguram, por essa via, a reprodução de sua própria força de trabalho e a de outros membros de sua família ou, em outros casos, concorrem para o aumento da renda familiar, fazendo as vezes de suplementadores do salário de outros membros da família que são trabalhadores assalariados de baixa renda. É assim que, no desenvolvimento de suas atividades, produzem e/ou comercializam bens e prestam serviços pessoais e/ou domésticos. Ao mesmo tempo em que sobrevivem, possibilitam dessa maneira a um grande número de pessoas de periferia urbana, o acesso a objetos de uso e de gêneros alimentícios de primeira necessidade que, dadas as suas características de pobreza e localização do domicílio, jamais teriam possibilidade de consumir de outra maneira.

1.2.

É possível portanto, se admitir a existência de articulação entre os chamados setores formal e o informal do mercado de trabalho, bem como fica

clara a importância da presença do último na fase atual do desenvolvimento econômico em Vitória. É importante ressaltar que ao se buscar a melhoria da qualidade de vida dessas populações carentes, deve-se ter presente que, longe de se procurar reduzir ou fazer desaparecer o setor informal, essas estratégias devem maximizar as suas potencialidades em termos de geração de emprego e renda. Entretanto, uma limitação existe: o pouco que se sabe sobre as condições e características do trabalho nesse setor em Vitória não tem possibilitado uma atuação muito ousada dos Poderes Públicos. A intervenção na área do trabalho do setor informal tem sido quase sempre reduzida ao estímulo a pequenos artesanatos locais e/ou a cursos profissionalizantes muitas vezes desvinculados da real demanda do mercado de trabalho e de consumidor. Urge portanto, a descoberta de novos mecanismos que incentivem a geração de emprego e renda *dentro mesmo do chamado setor informal*. Esta recomendação se justifica a partir das seguintes considerações:

- a) A pouca capacidade do Setor Indústria de absorver e/ou de reter mão-de-obra na Grande Vitória. Em se considerando os chamados Grandes Projetos (siderúrgicos e paraquímicos), são necessários cerca de 439 mil dólares para a geração de um único emprego direto¹ para a fase de operação. E o que é mais sério é que no período de implantação absorvem mão-de-obra temporária de baixa qualificação (construção civil) o que vem direcionando os fluxos migratórios internos para a Grande Vitória. Essa mão-de-obra intermitente quando liberada, é absorvida em grande parte pelo setor terciário e vem se ocupando em atividades informais. Isso pode ser melhor demonstrado pelo Quadro I que indica a evolução da PEA por setor no período 70/77. O Setor Terciário se destaca como o maior absorvedor de força de trabalho tanto para o total do Estado como para a Grande Vitória, mantendo-se aqui com 70,83% da PEA em 1977.
- b) A presença de grande número de trabalhadores por conta própria que, aparentemente, estão no chamado setor informal da economia.

¹GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. *Indicadores do Setor Indústria para o Espírito Santo*. Vitória, 1979.

c) A existência de cerca de 41.786 trabalhadores que foram identifica
dos como desempenhando atividades de Setor Informal como demonstra
o Quadro 2. Note-se que 22.184 pessoas em *ocupações mal definidas*,
cerca de 53,1%, o que parece indicar o desconhecimento qualitativo
dessas atividades e/ou o desfarce do desemprego típico.

QUADRO 1

PEA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

LOCALIZAÇÃO	ANO/SETORES	ANO	SETORES DE ATIVIDADE				
			TOTAL	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	S/ ESPECIFICAR
GRANDE VITÓRIA		1970	109.982	6.554	25.393	66.778	7.257
		%	100,00	6,19	23,96	63,00	6,85
		1977	153.976	5.709	27.314	109.063	11.890
		%	100,00	3,71	17,74	70,83	7,72
ESPÍRITO SANTO		1970	457.787	240.383	62.266	140.739	14.401
		%	100,00	52,51	13,60	30,74	3,15
		1977	536.261	195.453	57.340	252.612	30.856
		%	100,00	36,45	10,69	47,11	5,75

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Secretaria Estadual do Planejamento. *Estrutura do emprego no Espírito Santo*. Vitória - ES, 1980. (Não publicado).

QUADRO 2

GRANDE VITÓRIA: PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO ATIVIDADES DO SETOR INFORMAL

ATIVIDADES DO SETOR INFORMAL	TOTAL	HOMEM	MULHER
1. Canteiros e Marroeiros	12	12	-
2. Garimpeiros	-	-	-
3. Vendedor Ambulantes	970	854	116
4. Vendedores de Jornais	74	65	9
5. Barqueiros e Canoeiros	23	23	-
6. Carroceiros e Tropeiros	81	81	-
7. Serventes de Pedreiro	3.435	3.087	348
8. Empregados Domésticos	11.993	408	11.585
9. Lavadeiras e Passadeiras	2.131	118	2.013
10. Engraxates	31	31	-
11. Biscateiros	852	772	80
12. Outras ocupações mal definidas	22.184	17.161	5.023
TOTAL	41.786	22.612	19.174

Fonte: Pesquisa sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo.

Documento 5 - 1977.

- d) A presença quase maciça, no Setor Terciário - subsetor serviços de mulheres que trabalham e que provavelmente estão no setor informal em atividades de baixa produtividade (veja o Quadro 3, abaixo).

QUADRO 3

PEA FEMININA POR SETOR DE ATIVIDADE

SETORES	LOCALIZAÇÃO	ESPÍRITO SANTO	GRANDE VITÓRIA
PRIMÁRIO		<u>13,0</u>	<u>1,1</u>
SECUNDÁRIO		<u>5,7</u>	<u>8,8</u>
TERCIÁRIO		<u>81,3</u>	<u>90,1</u>
Comércio		9,7	14,7
Serviços		45,7	46,7
Administ. Pública		25,9	28,7

FONTE: GOVERNO DE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Pesquisa Sócio-econômica*, vol. 5. Vitória.

- e) O baixo nível de escolaridade da população (Quadro 4), o que dificulta o acesso ao trabalho no mercado formal, especialmente aos postos de trabalho vinculados aos Grandes Projetos, que exigem alto nível de qualificação de mão-de-obra. É importante ressaltar que a seletividade do sistema de ensino formal (regular e supletivo) vem concorrendo para manter as populações mais pobres e com baixo nível de escolaridade longe das oportunidades de treinamento para qualidade profissional. Os cursos promovidos pelo SENAC, SENAI e outras entidades que se propõem a profissionalizar, exigem como requisito mínimo de escolaridade o cumprimento das 4 primeiras séries do 1º Grau ou equivalente conhecimento sistemático. Isto vem afastando grande parte dos trabalhadores que militam no setor informal de possibilidades de melhoria do seu desempenho profissional, quando se considera que cerca de mais da metade da população de 05 anos e mais não possui nenhuma instrução formal ou a possui apenas até o nível das 4 primeiras séries do 1º grau.

QUADRO 4

GRANDE VITÓRIA: POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS E MAIS POR ANOS DE ESTUDO EM CURSOS REGULARES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E SUPERIOR POR GRUPOS DE IDADE - 1977

GRUPOS DE IDADE	ANOS DE ESTUDO												
	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9 a 11	12 a 18	SEM INST.	SEM DECL.
5 a 9	50.771	15.345	9.253	6.056	2.109	316	-	-	-	-	-	7.489	10.203
10 a 14	59.084	3.944	5.073	7.851	10.511	10.390	8.473	6.103	3.315	835	-	1.435	1.154
15 a 19	55.478	1.803	2.623	3.484	7.135	4.449	4.148	5.300	7.231	13.189	1.321	1.511	3.284
20 a 24	47.956	1.294	2.745	3.803	8.081	3.774	2.085	2.320	4.567	9.824	4.551	2.210	2.702
25 a 29	35.793	1.290	2.712	3.600	7.348	2.517	1.154	1.090	2.947	5.617	3.459	2.601	1.458
30 a 34	27.025	1.151	2.401	3.079	6.043	1.746	659	592	2.009	3.295	2.365	2.646	1.003
35 a 39	23.991	1.201	2.616	2.867	5.552	1.211	504	435	1.716	2.311	1.537	3.144	897
40 e mais	84.324	4.790	9.794	9.401	18.221	2.896	914	759	4.886	5.401	3.161	20.273	3.828
Sem Decl.	2.096	74	84	78	117	44	36	20	75	59	21	208	1.280
TOTAL	386.518	30.892	37.301	40.219	65.117	27.343	18.009	16.619	26.746	40.531	16.415	41.517	25.800

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Projeto Censo Escolar/Pesquisa Sócio-Econômica, documento 3, pag. 177. Vitória - ES.

QUADRO 5

POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS E MAIS POR ANOS DE ESTUDO EM CURSOS REGULARES DE 1ª E 2ª GRAUS E SUPERIOR - 1977

ESPECIFICAÇÃO	ANOS DE ESTUDO					
	TOTAL	SEM INSTRUÇÃO	1 A 4 ANOS	5 A 8 ANOS	9 E MAIS	SEM DECLARAÇÃO
GRANDE VITÓRIA	386.518	41.517	173.529	88.717	56.946	25.809
%	100,00	10,74	44,90	22,95	14,73	6,68

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Planejamento do Espírito Santo. *Pesquisa Sócio-Econômica Doc. 3 Vit.*

Este projeto, levando em conta essas observações e considerando ainda que o baixo nível de renda presente nas populações periféricas, as vem afastando cada vez mais do acesso aos bens gerados pela sociedade e comprometendo inclusive a absorção dos benefícios advindos por intermédio dos demais projetos a serem desenvolvidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo, *propõe oportunizar novas ocupações para o Setor Informal* através das seguintes ações:

- Caracterizar qualitativamente as atividades existentes no Setor Informal;
- Identificar a demanda potencial e a existente de produtos e bens gerados por esses trabalhadores de modo a direcionar as ações de treinamento e intermediação;
- Treinar trabalhadores que já atuam no setor informal aumentando a racionalidade das suas atividades;
- Facilitar o acesso a instrumentos e meios de trabalho básicos ao desempenho de suas atividades, assegurando portanto, uma maior rentabilidade;
- Promover a intermediação dos produtos e dos serviços gerados pelo setor informal ao nível da abrangência do projeto procurando expandir o atendimento à demanda concomitantemente identificada;

- Estimular o surgimento e/ou dinamização de cooperativas, de produção e/ou de serviços.

Enfatiza-se a necessidade deste projeto chamando a atenção para o fato de que se realmente se busca a elevação do nível de vida da população, nada realmente será conseguido se não se propiciar oportunidades de trabalho e de geração de renda, finalidade última deste projeto.

2. OBJETIVOS E METAS

2.1. O PROJETO, COM DURAÇÃO PREVISTA PARA 03 ANOS VISA:

Incentivar as atividades produtivas do chamado setor informal objetivando a melhoria do nível de vida da população, através da geração de novas oportunidades de trabalho e crescimento da renda, através dos seguintes objetivos específicos.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Elaborar um cadastro dinâmico das atividades informais existentes nas áreas de Santa Rita, Porto de Santana e Flexal no município de Caracica e Sossego e Concheiras no município da Serra, bem como identificar na Aglomeração Urbana da Grande Vitória e demanda de bens e serviços gerados pelo chamado setor informal, de modo a aprofundar o conhecimento sobre as suas condições de existência e suas reais potencialidades, como também direcionar as ações de treinamento e intermediação de trabalho.
- b) Construir nas áreas acima mencionadas oficinas de utilização polivalente, de maneira a possibilitar a qualificação de trabalhadores e/ou a utilização das instalações através de rodízio, pelos trabalhadores do setor informal que não dispõem de instrumentos de trabalho, de modo a estimular a organização cooperativa.

- c) Propiciar cursos de iniciação profissional, treinamento e/ou qualificação, utilizando preferencialmente os recursos humanos da comunidade, e as instalações dos Centros Comunitários existentes, bem como, sempre que possível, capacitar profissionais residentes nas áreas como instrutores desses cursos.

- d) Promover a intermediação do trabalhador aos centros de demanda, bem como incentivar e promover a comercialização dos objetos produzidos pelas oficinas (produtos dos cursos e/ou dos trabalhadores que utilizam os equipamentos mediante pagamento de uma taxa de utilização), visando estimular as atividades, concorrer para a geração de renda do trabalhador, bem como assegurar a manutenção das oficinas e a expansão dos serviços.

- e) Promover a organização de cooperativas de produtos e/ou de serviços produzidos por trabalhadores por conta própria.

- f) Desenvolver ações que estimulem a organização das atividades ligadas à pesca artesanal no litoral do Espírito Santo.

2.3. ESPECIFICIDADE E DIMENSIONAMENTO

2.3.1. REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Este projeto tem por fim estimular o desenvolvimento das atividades do Setor Informal nas áreas referidas. Considerou-se o Setor Informal e o Formal como partes articuladas de um mesmo processo de desenvolvimento econômico. Considerou-se ainda para este projeto os trabalhadores do Setor Informal em três grandes categorias:

- 1) O trabalhador estabelecido;
- 2) O trabalhador volante;
- 3) O trabalhador em serviços domésticos.

1) O TRABALHADOR ESTABELECIDO

Serão considerados os trabalhadores que, embora estabelecidos, não desenvolvem no processo de trabalho atividades tipicamente empresariais, nem mantêm relações formais de trabalho nem como empregado, nem como empregador. Serão portanto, os trabalhadores que empregam sua força de trabalho:

- a) Na produção de bens (mobiliário e utensílios domésticos, comestíveis, vestuário, artesanato em geral);
- b) Na recuperação e conservação de bens (consertos de eletrodomésticos, oficinas de reparação em geral);
- c) Na oferta de serviços pessoais (manicure, pedicure, cabelereiro, massagista, barbeiro, etc);
- d) Na comercialização de bens (alimentos, produtos de vestuário, produtos de higiene e beleza);
- e) Outros serviços (lavadeiras, passadeiras, etc).

2) O TRABALHADOR VOLANTE

Serão considerados como trabalhadores volantes aqueles que prestam serviços a domicílio, bem como os trabalhadores biscateiros nas áreas de:

- a) Produção (ex-biscateiros na construção civil, na confecção de roupas, etc);
- b) Comercialização (ex-vendedores ambulantes, camelôs, pipoqueiros, vendedor de doces e salgados, jornaleiro, etc);
- c) Trabalho a domicílio (serviços pessoais, serviços de reparação e manutenção, preparação de alimentos, jardinagem, faxina, lavadeiras, passadeiras, costureira, etc);
- d) Outros serviços (engraxates, lavadores de carro, biscateiros de mercados públicos e feiras livres e de portas de cinema, colégios e outros logradouros).

3) O TRABALHADOR EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Serão considerados os serviços domésticos que trabalham em emprego fixo com domicílio ou não no local de trabalho (empregada doméstica, babá, jardineiro etc). Não serão consideradas as donas de casa que desenvolvem serviços domésticos para a sua própria família.

2.3.2. DESCRIÇÃO E DIMENSIONAMENTO DAS METAS

Para oportunizar novas ocupações no Setor Informal nas áreas selecionadas, este projeto será desenvolvido dentro das seguintes especificidades que serão traduzidas em Metas Operacionais, conforme a seguir.

2.3.2.1. META 1: PESQUISA DA OFERTA E DEMANDA DO SETOR INFORMAL

Cadastrar e caracterizar as atividades do Setor Informal e identificar a demanda potencial da utilização de bens e serviços produzidos pelos trabalhadores a ele vinculados, localizados no Município de Vila Velha (área de Santa Rita) e Município de Cariacica (área de Porto de Santana, Flexal e Nova Rosa da Penha) e Município da Serra (área de Sossego e Concheiras).

JUSTIFICATIVAS DE LOCALIZAÇÃO:

- *Sócio-econômicas:*

- a) Uma pesquisa sócio-econômica realizada em 1980, identificou essas áreas como as mais carentes da Aglomeração Urbana da Grande Vitória. Os dados levantados indicam ainda que as pessoas nela residentes possuem baixo nível de escolaridade (38,7% interromperam ao nível das 4 primeiras séries do 1º Grau), alta taxa de analfabetismo (28,5%) desemprego aberto expressivo (20,23%) e/ou se ocupam em grande número de atividades informais de baixa renda. Tudo isso associado à baixa qualidade de vida expressa em aspectos de habitação, infra-estrutura urbana e desagregação social, justificam a ação desta meta que visa caracterizar as ocupações existentes no Setor Informal e identificar a demanda existente e a potencial de bens e serviços do Setor Informal de modo a subsidiar as ações que objetivam o incentivo das ocupações existentes e ao surgimento de novas ocupações (metas 2, 3 e 4).

- *Financeiras:*

- a) A existência, nas mesmas áreas de Equipamentos Sócio-comunitários, como meio de otimizar a utilização desses equipamentos previstos, identificando novas formas de sua utilização.

CARACTERIZAÇÃO DA META

- a) Desenvolvimento de pesquisa direta nas áreas consideradas, objetivando especificamente:
 - Caracterizar os trabalhadores que estão de alguma forma estabelecidos (em micro-unidades informais) na produção e comercialização de bens e serviços, mas que não estão vinculados diretamente às atividades tipicamente capitalistas e elaborar o cadastro das micro-unidades identificadas.

A pesquisa deverá permitir:

- Identificação das características das atividades desenvolvidas e do trabalhador, bem como das relações que estabelecem dentro mesmo do chamado mercado informal (outros trabalhadores informais que utilizam no processo de trabalho).
 - Relação da atividade com o chamado mercado formal para estudo inclusive de suas potencialidades em termos de geração de emprego e renda.
 - Perspectivas do trabalhador em relação às suas atividades e identificação dos problemas mais sentidos em termos de qualificação profissional e exercício das atividades produtivas, para encaminhamento ao núcleo de intermediação dos Centros Comunitários das áreas consideradas (Meta 4).
 - Identificação de profissionais da área que poderão trabalhar como instrutores dos cursos de treinamento objeto também deste projeto e que estão caracterizados na Meta 3.
 - Identificação e caracterização dos serviços prestados e das pessoas que exercem de maneira informal as atividades de guarda e cuidados de crianças de outras mães que trabalham de modo a subsidiar a ação do projeto de Creches, desenvolvido pelo Estado.
- b) Desenvolvimento de pesquisa direta nos bairros considerados e também em áreas próximas a eles e de nível familiar superior a 4 salários mínimos e que presumidamente utilizam bens e serviços de trabalhadores domésticos e/ou de trabalhadores a domicílio.

Esta pesquisa deverá permitir:

- Identificação das características da demanda de bens e serviços prestados a domicílio por trabalhadores volantes, bem como o dimensionamento do que está sendo atendido, de modo a possibilitar o treinamento e o estímulo à preparação de trabalhadores e sua intermediação;

- Identificação do trabalhador que presta serviços domésticos e a domicílio, visando especificamente informações sobre:
 - . Origem (procedência, estágio e tempo de migração);
 - . Local de moradia e distância dos locais de trabalho;
 - . Renda média mensal e peso na renda familiar;
 - . Carga horária de trabalho;
 - . Como o trabalhador se vê em relação ao mercado de trabalho (perspectivas e expectativas);
 - . Escolarização e qualificação profissional;
 - . Salário, etc.

c) Desenvolvimento de pesquisa para estudo do trabalhador não estabelecido.

A pesquisa deverá abranger os trabalhadores ligados ao comércio ambulante, biscates na construção civil, vendedores de picolés e balas, engraxates, lavadores de carro etc. Serão identificados os trabalhadores nos postos convencionais de trabalho (praias, mercados, feiras livres, estádios, portas de cinema e de colégios, construção civil, porto etc).

Esta pesquisa apesar de, aparentemente, extrapolar os limites das áreas consideradas, se justifica por duas razões fundamentais:

- Suspeita-se que grande parte desses trabalhadores em razão de seus baixos rendimentos, têm domicílio nas áreas consideradas neste projeto ou em outras com as mesmas características dessas e que são também objeto de preocupação dos poderes públicos e alvo dos projetos sociais do governo.

OPERACIONALIZAÇÃO:

A Meta 1 será operacionalizada através de 3 (três) atividades distintas e complementares, a saber:

Atividade 1:

Caracterização e análise da oferta do Setor Informal nas áreas consideradas, desdobradas em dois delineamentos de pesquisa:

- a) Pesquisa 1.1. (P.1.1) de caráter exploratório, objetiva a elaboração de um cadastro dos trabalhadores do Setor Informal existente nas áreas de intervenção. Para tanto, será realizado um survey nas áreas consideradas uma vez que é impossível uma identificação individual e cadastro de trabalhadores do Setor Informal através de um outro processo de coleta de dados.
- b) Pesquisa participativa que deverá possibilitar a caracterização dos trabalhadores do Setor Informal, a análise do processo que desenvolvem na produção e/ou comercialização de bens e serviços (Pesquisa 1.2. - P.1.2).

Atividade 2:

Caracterização e análise da demanda do Setor Informal na Grande Vitória.

Será desenvolvida uma pesquisa com base em amostragem aleatória domiciliar e institucional em bairros da Grande Vitória, de renda média familiar superior a 4 salários mínimos. Esta pesquisa (P.2) supõe preparo de base cartográfica e elaboração de cadastro institucional. É importante também considerar que a P.1.1. dará indicações de dados que serão aprofundados através da coleta da P.2.

Atividade 3:

Estudo do Setor Informal na estrutura da economia da Grande Vitória, a partir de:

- Levantamento de dados já existentes e estudos correlatos sobre emprego e renda sobre o Estado;
- Estudos de caso através de observação simples de trabalhadores nas áreas consideradas pelos assistentes sociais das áreas.

LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Nova Rosa da Penha (Car <u>ica</u>)	<ul style="list-style-type: none"> - 1 galpão com uma divisória compreendendo: <ul style="list-style-type: none"> . 1 salão de 10 x 9,5 (carpintaria); . 1 sala de 10 x 4 (consertos de <u>eletro</u> domésticos e outros). Área total construída: 140m² (por galpão)
Santa Rita (Vila Velha)	<ul style="list-style-type: none"> - 1 galpão com uma divisória compreendendo a seguinte especificação: <ul style="list-style-type: none"> . 1 salão de 9 x 10,5 (carpintaria e <u>ou</u> tros); . 1 sala de 9 x 4,5 (consertos de <u>eletro</u> domésticos, couro) - Área total construída: 135m² - Proporção de cota do terreno no conjunto do centro social previsto pelo <u>Componen</u> te Associativismo - Centros <u>Comunitá</u> rios: 27%

b) Equipar os galpões de uso múltiplo, que serão permanentemente adapta dos para o atendimento dinâmico das atividades de treinamento e de trabalho identificadas através da Meta 1 e promovidas através das Metas 3 e 4.

2.3.2.3. META 3 - TREINAMENTO

Durante o desenvolvimento da Meta 1 serão identificados os recursos humana dos das áreas que possam ser utilizados como instrutores, bem como os candidatos potenciais aos cursos. A Meta 1 irá também definir a caracteri zação da demanda de bens e serviços que poderão ser produzidos por trabalhadores informais. A partir dessas informações serão montados os perfis dos cursos que serão de três modalidades:

- a) Curso para instrutores;
- b) Cursos de iniciação - para crianças e adolescentes, preferencialmente os que não estão estudando, objetivando a aprendizagem de um ofício completo, a aprendizagem da confecção de alguns objetos ou utensílios de fácil comercialização (por exemplo: bancos, escorredores de prato, brinquedos, artigos de couro etc) e a prestação de serviços de limpeza etc.
Serão aī, introduzidos noções básicas de cooperativismo.
- c) Cursos de qualificação - (para o desempenho individual das tarefas para as quais foram treinados);
- d) Cursos de aperfeiçoamento - aperfeiçoar profissionais que jā desempenham informalmente atividades de modo a assegurar um melhor desempenho de suas tarefas.
- e) Desenvolvimento de cursos para implantação de hortas comunitárias.

OBSERVAÇÃO:

A equipe-base de coordenação do projeto (com o apoio de supervisores de oficina e dos assistentes sociais dos núcleos de intermediação) será também responsável pela coordenação e/ou desenvolvimento de cursos e/ou seminários de treinamento com envolvimento dos trabalhadores que serão treinados pelas oficinas (alunos e egressos de cursos) visando o estímulo ao desenvolvimento de associativismo/cooperativismo.

Cada oficina deverá ter um supervisor que cuidará da compatibilização dos cursos, acompanhamento e avaliação dos mesmos, vinculados administrativamente ao IJSN (equipe-base).

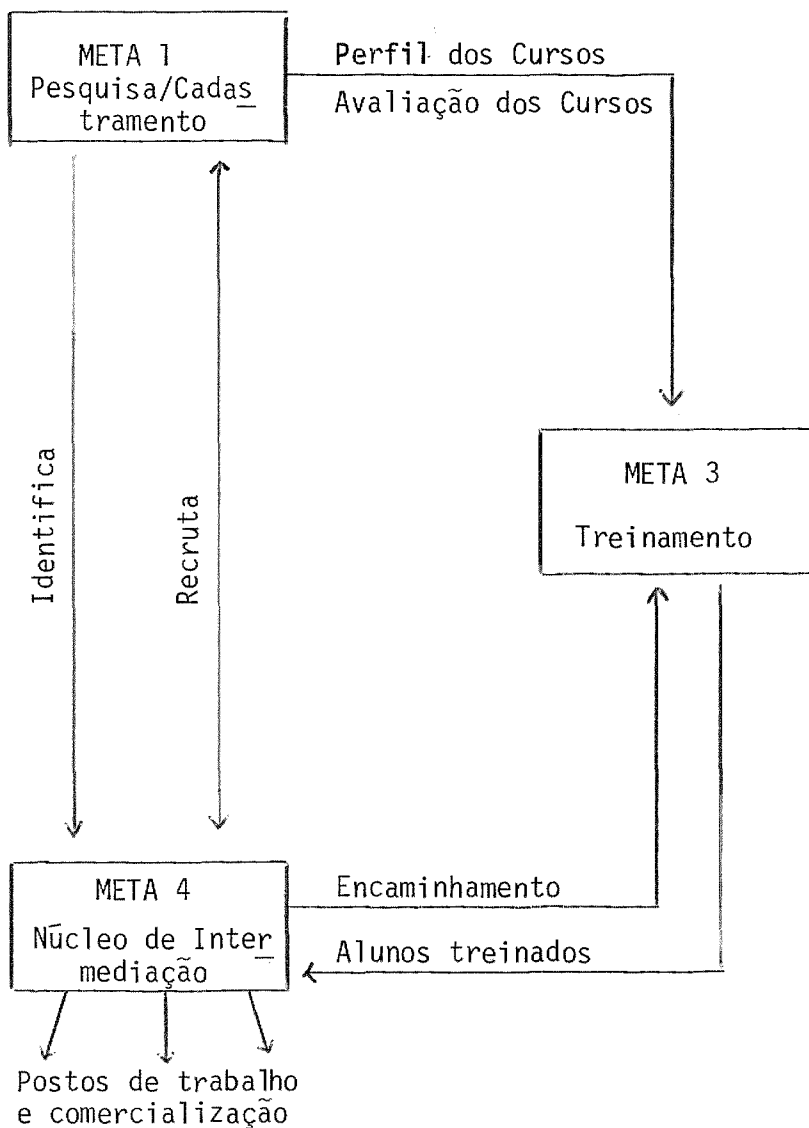
Ao final do curso, o aluno será registrado no núcleo de intermediação - (Meta 4), para que seja encaminhado aos postos de trabalho identificados pela Meta 1.

2.3.2.4. META 4 - INTERMEDIACÃO

A organização e implantação do Núcleo de Intermediação de mão-de-obra e de bens e serviços prestados por trabalhadores do Setor Informal.

DESCRICÃO DA META

O Núcleo de Intermediação necessariamente deverá atuar em perfeita integração com as Metas 1 e 3 de acordo com a Figura 1.



Será o responsável pelo recrutamento, encaminhamento para o treinamento e para o mercado de trabalho.

OPERACIONALIZAÇÃO

Considerando que o objetivo último deste projeto é oportunizar aos trabalhadores residentes nas áreas de intervenção novas formas de ocupação, de maneira a contribuir para o aumento da renda familiar e consequente melhoria qualitativa de vida nessas áreas, o núcleo de intermediação também terá sua implantação antecipada à meta de construção dos galpões de oficinas de múltiplo uso.

Para operacionalização da Meta 4, estão previstas duas fases de atividade: Intermediação antes da construção das oficinas, Intermediação após a implantação das oficinas.

1) Intermediação de Trabalhadores antes da Construção das Oficinas.

Até a implantação das oficinas, realizadas as pesquisas previstas na Meta 1 e os treinamentos em cursos volantes, serão realizadas as seguintes atividades:

- a) Mobilização de moradores, das áreas para trabalharem como pesquisadores, visando:
 - Clarificar os objetivos da pesquisa;
 - Explicar a importância e a necessidade dessa pesquisa;
 - Solicitar a colaboração das comunidades;
 - Levantar nomes de pessoas das comunidades que preencham os pré-requisitos necessários para atuarem como coletores de dados das pesquisas.

- b) Sensibilização, mobilização de trabalhadores para a implantação de cursos volantes, visando:

- Sensibilizar e mobilizar os moradores das áreas para os cursos;
 - Criar condições de trabalho para a mão-de-obra treinada: emprego, produção e comercialização dos produtos;
 - Criar condições que possibilitem a organização de grupos profissionais e associativismo;
 - Acompanhar os egressos dos cursos para obtenção de dados que subsidiem a avaliação e eficácia do projeto.
- c) Intermediação de mão-de-obra das áreas de intervenção às empreiteiras, visando:
- Recrutar, informar e encaminhar profissionais desempregados e/ou sub-empregados para trabalhar na área de construção em obras públicas.
- 2) Intermediação após a construção das oficinas:
- Organização de núcleos de intermediação de trabalhadores para encaminhamento aos postos de trabalho;
 - Organização de associações de trabalhadores treinados pela Meta 3 deste Projeto, visando o estímulo ao trabalho em cooperativas de produção e/ou prestação de serviços.

3. EXECUTOR

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, órgão de apoio operacional da Coordenação Estadual do Planejamento - COPLAN, de acordo com o Decreto nº 1.494-N, de 26 de novembro de 1980, é uma entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia técnica, financeira e Administrativa, nos termos do Decreto nº 1.469-N de 27 de outubro de 1980.

O IJSN tem sede e foro na cidade de Vitória, gozando, no que se refere aos seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e imunidades conferidas ao Estado.

3.1. OBJETIVOS

O IJSN tem por objetivo o apoio ao processo de tomada de decisão do Governo, ao planejamento governamental, à Coordenação dos programas de Ação do Governo Estadual, na área de desenvolvimento urbano e regional, na integração intersetorial, no assessoramento aos municípios, na formulação de diretrizes e propostas de planejamento urbano e regional, em especial na área da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, bem como na identificação de fontes e captação de recursos necessários à implantação dos respectivos planos e, especificamente:

- 1) A realização de pesquisas, estudos e projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à área de planejamento;
- 2) O desenvolvimento das atividades necessárias à sistematização de informações para o planejamento estadual, regional e municipal;
- 3) A realização de estudos sobre a realidade econômica e social do Estado;
- 4) A promoção de estudos necessários ao conhecimento dos problemas urbanos e regionais do Estado;

5) O desenvolvimento das atividades necessários à concessão de certificados de exame e anuência prévia de parcelamento do solo para fins urbanos, definidos no Artigo 45 da Lei Estadual nº 3.384/80.

O Instituto Jones dos Santos Neves executa no momento projetos de uma importância para o Estado, tais como:

- Projeto CPM/BIRD no valor de 7 bilhões de cruzeiros, destinado a intervenção em áreas carentes da Aglomeração Urbana de Vitória;
- Planos de Desenvolvimento Urbano dos Municípios da Grande Vitória;
- Plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória;
- Pesquisa e Treinamento do Setor Informal;
- Programas de Desenvolvimento Regional Integrados para as Regiões-Programas do Estado;
- Vários projetos de pesquisa.

3.2. RECURSOS FÍSICOS

1) Sede:

Av. Cesar Hilal, 437 - 100m²

2) Administração do Projeto CPM/BIRD

Av. Princesa Isabel, 574 - 1º andar

14 salas

Aproximadamente: 450m²

3.3. RECURSOS DE PESSOAL

QUADRO 6

ÁREA TÉCNICA DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ESPECIALIDADE	GRADUA DOS	C/ESPECIA LIZAÇÃO (360h)	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
- Economia	17	16	03	-	36
- Serviço Social	10	02	-	-	12
- Arquitetura	02	04	01	-	07
- Engenharia Civil	06	10	01	-	17
- Biblioteconomia	04	-	-	-	04
- Ciências Contábeis	02	-	-	-	02
- Direito	03	03	01	-	07
- Administração	15	06	02	01	24
- Comunicação Social	01	01	-	-	02
- Geografia	-	01	-	-	01
- História	01	-	01	-	02
- Letras	02	-	-	-	02
- Sociologia	-	01	01	-	02
- Pedagogia	04	01	-	-	05
- Enfermagem	01	-	-	-	01
TOTAL	68	45	10	01	124

3.4. RECURSOS FINANCEIROS

FONTES	1980	1981	JANEIRO A JULHO/82	TOTAL
Contribuições do Estado	75.203.000,00	130.726.611,48	105.561.318,01	311.490.929,49
Receitas de Convênios	15.414.015,00	50.804.067,43	89.406.000,00	115.624.082,43
Receita Patrimonial (Dividendos)	3.120.425,14	2.361.325,10	2.700.043,78	8.181.794,02
TOTAL	93.737.440,14	183.892,004,01	197.667.361,79	475.296.805,94

4. OUTROS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola).

5. CUSTOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O custo total do projeto está estimado em US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares, dos quais o BID financiaria o equivalente a Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) a fundo perdido, com recursos de Fundo Fiduciário para o Progresso Social, de acordo com a seguinte distribuição: (Vide Cronograma Físico-Financeiro em anexo)